

Lição 1/a

“Visto que vemos que toda cidade é uma certa comunidade existente, e que toda comunidade está instituída em vista de algum bem — pois todos operam todas as coisas em vista daquilo que parece bem —, é manifesto que todas certamente visam a algum bem.

E a mais principal de todas, [visando ao bem] o mais principal de todos, e abarcando todas as outras — ora, esta é a que se chama cidade e comunicação política.

Portanto, todos quantos julgam que o político, o régio, o econômico e o despótico são o mesmo, não falam bem.

Pois julgam que cada um destes difere pela multidão e pela escassez, mas não pela espécie: por exemplo, se está sobre poucos, é um pai de família; se sobre mais, é um econômico; se sobre ainda mais, é um político ou régio — como se em nada diferissem uma grande casa e uma pequena cidade, e o político e o régio; [dizendo que], quando ele mesmo está à frente, é régio; e quando, segundo os discursos da disciplina, tal governante é em parte governante e em parte súdito, é político.

Mas estas coisas não são verdadeiras. E o que se diz ficará manifesto para os que atentam segundo o método próprio do assunto. Pois, assim como nas outras coisas é necessário dividir o composto até o não-composto — pois estas são as mínimas partes do todo —, assim também, considerando aquilo de que a cidade se compõe, veremos, acerca destas coisas, em que cada uma mais difere das outras, e se algo de artificial se pode apreender acerca de cada uma das coisas ditas. Pois, se alguém observar as coisas nascendo desde o princípio, tanto nas outras quanto nestas, é assim que da melhor maneira as contemplará.

É necessário, pois, primeiro combinar os que não podem existir um sem o outro, por exemplo, a fêmea e o macho, em vista da geração; e isto não por escolha, mas, como nos demais animais e nas plantas, por um apetite natural de deixar após si outro semelhante a si mesmo.

E o que governa e o que é súdito [existem] por natureza, em vista da conservação. Pois aquilo que pode prever com a mente é por natureza governante e por natureza senhor; e aquilo que pode executar isto com o corpo é súdito e por natureza servo. Por isso, ao senhor e ao servo convém o mesmo.

Por natureza, pois, distinguem-se a fêmea e o servo. Pois a natureza nada faz como faziam os forjadores de bronze a espada délfica, por pobreza, mas [faz] uma coisa para um só fim. Assim, com efeito, cada um dos instrumentos se realiza da melhor maneira quando serve não a muitas obras, mas a uma só.

Entre os bárbaros, porém, a mulher e o servo têm a mesma ordem.

E a causa é que não têm um governante por natureza, mas se faz uma comunicação entre eles de serva e servo. Por isso dizem os poetas: convém que os gregos governem os bárbaros — como se fossem o mesmo, por natureza, o bárbaro e o servo.

Destas duas comunidades, pois, [surge] primeiro a casa; e com razão disse Hesíodo, poetizando: primeiro a casa, e a mulher, e o boi de arado — pois o boi faz as vezes de servo para os pobres.

A comunidade constituída para cada dia, segundo a natureza, é a casa, que Carondas chama de homosipyos [os do mesmo prato], e Epimênides de Ocres, homokapnos [os do mesmo fumo].

E de várias casas, a primeira comunicação, em vista de um uso não cotidiano, é a aldeia.

E, sobretudo, a aldeia parece ser, segundo a natureza, a vizinhança de casas, cujos membros alguns chamam de irmãos de leite, e filhos, e filhos dos filhos.

Por isso, também no princípio as cidades eram regidas por um rei, e ainda agora [assim são] as nações, pois [se formaram] de gente sujeita a um rei; com efeito, toda casa é regida pelo mais velho. Por isso também as vizinhanças [assim se regem], por causa do parentesco. E isto é o que diz Homero: cada um estabelece leis para os filhos e as esposas — pois habitavam dispersos, e assim [viviam] antigamente.

E por isso todos dizem que os deuses são regidos por um rei, porque também eles mesmos, alguns ainda agora, outros antigamente, eram regidos por um rei. E, assim como os homens assemelham a si mesmos as figuras [dos deuses], assim também [lhes assemelham] as vidas dos deuses.

Postas, pois, estas coisas preliminares, deve-se saber que Aristóteles, neste livro, antepõe um certo proêmio no qual manifesta a intenção desta ciência;

e depois passa a manifestar o que se propõe, em *quoniam autem manifestum ex quibus partibus* etc.

Acerca do primeiro, faz duas coisas:

primeiro, mostra a dignidade da cidade, de que trata a política, a partir de seu fim;

segundo, mostra a comparação da cidade com as outras comunidades, em *quicumque quidem igitur* etc.

E, de fato, todas essas coisas se aproximam de algum modo da verdade. Pois no nome de “bárbaro” entende-se algo estrangeiro; e um ser humano pode ser chamado estrangeiro ou em sentido absoluto ou em relação a outro. Em sentido absoluto, parece estrangeiro à família humana [*genus*] aquele que carece de razão, segundo a qual alguém é chamado homem; e, por isso, são chamados bárbaros em sentido absoluto os que carecem de razão, seja por golpes dos céus (aqueles lançados em regiões intemperadas, de tal modo que são embotados pela própria disposição da região, como se encontra em muitos povos), seja também por algum mau costume existente em certas terras, pelo qual acontece que os homens recaiam em modos irracionais e quase brutais. Mas é claro que da virtude da razão se segue que os homens sejam regidos pelo que é racionalmente justo [*rationabili iure*] e que se exercitem na escrita. Daí que a barbárie se manifesta convenientemente por este sinal: que os homens ou não usam leis, ou as usam irracionalmente; e, semelhantemente, que entre alguns povos não há o exercício da escrita. Mas é chamado estrangeiro em relação a outro aquele que não pode comunicar-se com ele. Ora, os seres humanos nascem sobretudo para comunicar-se uns com os outros pelo discurso; e, segundo isso, os que não podem entender o discurso uns dos outros podem ser chamados bárbaros em relação uns aos outros. Mas o Filósofo fala aqui daqueles que são bárbaros em sentido absoluto.

Em seguida, quando diz “esta é a causa”, indica a causa do erro mencionado e diz que a causa dele é que entre os bárbaros não há governo natural. Pois disse acima que o governante natural é aquele que é capaz de prever com a mente, e o escravo é aquele que é capaz de executar com o corpo. Ora, os bárbaros são encontrados, na maior parte, robustos de corpo e carentes de mente. E, por isso, entre eles não pode haver uma ordem natural de governo e sujeição. Mas entre eles se dá uma certa união de escravos e escravas, isto é, costumam servir-se de escravos e escravas. E porque não há governo natural entre os bárbaros, mas somente entre os que abundam em mente, por isso o poeta diz que convém que os gregos, dotados de sabedoria, governem os bárbaros; e assim seria naturalmente o mesmo ser bárbaro e ser escravo. Mas quando ocorre o contrário, o que se segue é a perversão e a desordem no mundo, segundo as palavras de Salomão: *Vi escravos a cavalo, e príncipes andando como escravos sobre a terra*.

Em seguida, quando diz *ex his quidem igitur* etc., determina a comunidade doméstica, que se constitui de várias uniões pessoais. A respeito disso, faz três coisas.

Primeiro, mostra de que se constrói esta comunidade;

segundo, mostra para que ela existe, em *in omnem quidem igitur* etc.;

terceiro, mostra como são chamados os que estão nesta comunidade, em *quos Charondas quidem* etc.

Diz, portanto, primeiro que das duas comunidades pessoais mencionadas, uma das quais é para a geração, a outra para a segurança, constitui-se a primeira casa. Pois numa casa deve haver homem e mulher, senhor e escravo. E é daí chamada primeira casa, porque há também outra

comunhão de pessoas que se encontra numa casa, a saber, a do pai e do filho, a qual é causada pela primeira. Donde as duas primeiras são as primordiais [*primordiales*]. E, para mostrar isso, recorre à palavra do poeta Hesíodo, que disse que a casa tem estas três coisas: o senhor que se destaca à frente [*praeeminet*], e uma mulher e um boi para arar. Pois numa casa pobre o boi ocupa o lugar de um servo. Com efeito, o homem usa o boi para executar algum trabalho, como um servo.

Em seguida, quando diz *in omnem quidem igitur* etc., mostra para que se ordena a comunidade da casa. Aqui é preciso considerar que toda união humana é para certos atos. Alguns atos humanos são cotidianos, como comer, aquecer-se ao fogo e outros desse tipo. Outros, porém, não são cotidianos, como vender, combater e outros desse tipo. Ora, é natural aos homens unirem-se uns aos outros em ambos os gêneros [*genera*] de obra, ajudando-se mutuamente. E por isso diz que a casa nada mais é que uma comunidade segundo a natureza constituída para a vida de todos os dias, isto é, para os atos que devem ser praticados diariamente. E isso fica claro, por conseguinte, pelo nome. Pois um certo homem chamado Carondas denominou os que se unem na casa *homostitios*, como se fossem “de um só prato”, porque se unem pelo alimento. Mas um outro, chamado Epimênides, da nação dos Ócrios, chamou-os *homocapnos*, como se fossem “de uma só fumaça”, porque se sentam ao mesmo fogo.

Em seguida, quando diz *ex pluribus autem domibus* etc., expõe a terceira comunidade, a saber, a aldeia.

E primeiro mostra de que e por que causa se faz esta comunidade.

Segundo, mostra que ela é natural, em *maxime autem videtur* etc.

Diz, pois, primeiro que a primeira união que provém de várias casas se chama aldeia; e diz-se primeira para distingui-la da segunda, que é a cidade. Mas esta comunidade não se constitui para a vida cotidiana, como se disse da casa, e sim se funda em vista de uma atividade não cotidiana. Pois os que são vizinhos não se unem uns aos outros nos atos cotidianos em que se unem os que são de uma mesma casa, como comer, sentar-se junto ao fogo e coisas desse tipo, mas unem-se uns aos outros em certos atos exteriores que não são cotidianos.

Em seguida, quando diz *maxime autem videtur* etc., mostra que a comunidade da aldeia é natural.

E primeiro mostra a proposição pela razão.

Segundo, por um certo sinal, em *propter quod et primum* etc.

Diz, pois, primeiro que as casas vizinhas, que é a aldeia, parecem ser segundo a natureza sobretudo. Pois nada é mais natural entre os animais do que a produção [*propago*] de muitos a partir de um só, e isso é o que fazem as casas vizinhas. De fato, alguns chamam os que têm casas vizinhas de irmãos de leite e filhos, isto é, de filhos, e filhos de filhos, isto é, netos, de modo que entendemos que as casas vizinhas desse tipo procedem dessa primeira: que filhos e netos multiplicados instituíram casas separadas, habitando próximos uns dos outros. Donde, sendo natural a multiplicação da prole, segue-se que a comunidade da aldeia é natural.

Em seguida, quando diz *propter quod et primum* etc., esclarece a mesma coisa por um sinal.

E primeiro, segundo aquelas coisas que vemos nos homens.

Segundo, segundo aquelas coisas que foram ditas sobre os deuses, em *et deos autem propter hoc* etc.

Diz, portanto, primeiro que, porque a aldeia se constitui da multiplicação da prole, daí procede que, desde o seu princípio [*a principio*], toda cidade é regida por um rei. E até hoje alguns povos têm rei, embora diferentes cidades nem sempre tenham reis diferentes. E isso porque cidades e povos foram instituídos por aqueles que estavam sujeitos a um rei. E como este sinal corresponde às coisas mencionadas, mostra-o pelo que diz abaixo: porque toda casa é regida pelo mais velho, assim como os filhos são regidos pelo pai de família. E daí acontece que também toda a vizinhança, instituída a partir da consanguinidade, é regida, em razão do parentesco, por alguém que governou no parentesco, assim como a cidade é regida por um rei. Onde Homero disse que cada um institui leis para sua mulher e seus filhos, como o rei na cidade. Mas esse governo procede da casa e da aldeia para as cidades porque diferentes aldeias estão dispersas em partes separadas, como na cidade. E por isso, antigamente, os homens habitavam dispersos em aldeias, ainda não reunidos numa só cidade. Assim, é evidente que o governo de um rei sobre uma cidade ou povo procede do governo do mais velho na casa ou na aldeia.

Em seguida, quando diz *et deos autem* etc., expõe outro sinal por meio do que foi dito sobre os deuses. E diz que, por causa das coisas mencionadas, todos os povos diziam que seus deuses eram regidos por algum rei, dizendo que Júpiter era o rei dos deuses. E isso porque alguns homens ainda são regidos por reis, mas outrora quase todos os homens eram regidos por reis. E este foi o primeiro governo, como se dirá depois. Mas os homens, assim como fazem a aparência dos deuses semelhante à sua, isto é, suas formas, julgando que os deuses têm a figura de certos homens, assim também fazem a vida dos deuses semelhante à sua, isto é, suas associações, julgando que eles se associam do modo como veem que os homens se associam. Aqui Aristóteles chama de deuses as substâncias separadas da matéria, segundo o costume [*mos*] dos platônicos, criadas pelo Deus uno, altíssimo e único, às quais substâncias os povos erroneamente atribuíram tanto as formas quanto as associações dos homens, como diz aqui o Filósofo.

Revision #3

Created 11 October 2026 19:14:40 by Admin

Updated 17 October 2026 13:56:58 by Admin